



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Leticia Kethelen Dias de Araújo

**JUVENTUDE E TRABALHO: A educação como meio necessário para um olhar crítico às
relações de trabalho e condições sociais**

Rio de Janeiro

2022

Letícia Kethelen Dias de Araújo

**JUVENTUDE E TRABALHO: A EDUCAÇÃO COMO MEIO NECESSÁRIO PARA UM
OLHAR CRÍTICO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO E CONDIÇÕES SOCIAIS**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial
para aprovação no Curso Técnico em Gerência
em Saúde.**

Orientador(a): Raquel Barbosa Moratori

Rio de Janeiro

2022

Letícia Kethelen Dias de Araújo

JUVENTUDE E TRABALHO: A educação como meio necessário para um olhar crítico às relações de trabalho e condições sociais

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Raquel Barbosa Moratori
EPSJV/FIOCRUZ

Raphael Ferreira Capaz
Secretaria Estadual de Educação

Ingra Moratori Sobreira
UFRJ

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional e anos de aprendizado.

Agradeço aos professores do ensino médio e técnico por impulsionar meu pensamento crítico, fazendo enorme participação no meu processo de crescimento.

Agradeço à minha orientadora, Raquel Barbosa Moratori, que me inspirou e conduziu nessa caminhada, deixando os estudos mais tranquilos e interessantes.

À minha banca avaliadora, professora Letícia Batista que me ajudou no processo de pensamento na qualificação.

Agradeço aos meus amigos, especialmente à Ana Moreno, David Miguel, Mateus Badaró e Nicolas Palhano, por todo carinho e apoio durante esses quatro anos.

“Isso porque o ser do
homem e, portanto, o
ser do trabalho, é
histórico”
(SAVIANI, 2007)

RESUMO

Este projeto investiga os limites e possibilidades que o jovem trabalhador enfrenta para se inserir no mercado de trabalho. Deste modo, tem como objetivo geral analisar como a formação escolar influencia a compreensão das vulnerabilidades sociais dos jovens trabalhadores no Brasil, e como objetivos específicos compreender a história da formação escolar brasileira para a classe trabalhadora e identificar os desafios enfrentados pelos jovens trabalhadores que buscam inserção no mercado de trabalho brasileiro utilizando como base a análise da política pública Jovem Aprendiz. Trata-se de uma abordagem quantitativa e qualitativa do tema da pesquisa tendo como método a revisão da literatura e o levantamento documental de dados referentes a políticas públicas de inserção do jovem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Vulnerabilidade Social; Jovem Aprendiz.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------|---|
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MTE | Ministério do Trabalho e do Emprego |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| OBJETIVOS | 12 |
| JUSTIFICATIVA | 13 |
| CAPITULO 1 | 15 |
| CAPITULO 2 | 21 |
| CAPÍTULO 3 | 25 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 27 |
| REFERÊNCIAS | 28 |

1. INTRODUÇÃO

Devido à desvalorização do trabalho neste nosso modelo de sociedade capitalista e o aumento do desemprego no Brasil, principalmente em momentos de crises econômicas, a autora procurou compreender o motivo da população brasileira se acomodar com suas condições sociais, mesmo que essas desprivilegiem sua qualidade de vida.

A suposição que este estudo busca investigar é se a falta de acesso à educação de qualidade dificulta a compreensão das opressões sociais. Para isso, buscamos aprofundar o entendimento dos processos históricos do Brasil para indagar de que forma a educação impacta nas condições e relações de trabalho para população jovem em busca de emprego.

Buscamos discutir a formação social brasileira e seu percurso educacional, para uma melhor análise e compreensão das condições sociais dos estudantes e jovens trabalhadores no Brasil, sendo utilizado o método Paulo Freire (1989), visto o seu impacto no modelo de ensino Brasileiro, para apontar a importância do ensino como estímulo para a construção de uma consciência crítica e conseqüentemente política.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar os sentidos da formação escolar no Brasil, especialmente enfatizando o caráter político da educação, através da política pública Jovem Aprendiz,.

- 1) Compreender a história da formação escolar brasileira para a classe trabalhadora;
- 2) Analisar a política pública Jovem Aprendiz identificando os desafios enfrentados pelos jovens brasileiros no acesso ao ensino e ao trabalho.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado com base em uma abordagem qualitativa do tema da pesquisa. Considerado fundamental para entender os problemas que o jovem trabalhador enfrenta para se inserir no mercado de trabalho, tanto os dados quantitativos desta realidade brasileira, quanto às explicações dos motivos que expliquem a maior facilidade ou dificuldade neste processo.

Como método de pesquisa utilizamos a revisão da literatura através de levantamentos bibliográficos sobre o tema proposto, a partir de pesquisas em livros e de arquivos científicos disponíveis, principalmente, em sites como Scielo. Também realizamos pesquisas de levantamento documental de dados referentes a políticas públicas de inserção do jovem no mercado de trabalho.

3. JUSTIFICATIVA

Eu sou Letícia, moradora da Baixada Fluminense, Belford Roxo. Antes de entrar na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, não possuía expectativas de algum dia cursar uma faculdade. Pois cresci ouvindo dos meus pais que algumas coisas eram muito caras, e outras só pessoas que com investimento e inteligência poderiam alcançar. Logicamente, não me via em nenhuma dessas duas alternativas além de acreditar que tinha algum problema, carência de inteligência ou algo do tipo. E esse é um pensamento que ficou marcado e enraizado em meus pensamentos.

Em meus primeiros dias na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, fiquei muito feliz, porque poderia deixar meus pais orgulhosos de eu ser uma das crianças inteligentes e esforçadas que estudam e buscam por um futuro melhor. Porém, de início, aos poucos fui me percebendo distante dos outros alunos. Parecia alguma síndrome de impostor, pois me perguntava se aqui realmente era o meu lugar, se eu merecia realmente estar dentro dessa escola.

É fato de que na EPSJV tem pessoas variadas, de vários lugares diferentes do Rio de Janeiro, então isso ajudou na adaptação. Porém, em vários momentos questionei o meu mérito, pois minhas notas eram baixas, e isso só fez aumentar as minhas dúvidas. Me questionei muito por não merecer o lugar em que estava, até que uma professora notou o meu desânimo e me chamou para conversar. Entrei em uma sala, e lá estavam 3 professores: Raquel Moratori, Gilberto Estrela e Grazi. Eles conversaram comigo, contei o que estava passando e disseram que eu não era a única a pensar dessa forma, que eu mereço sim estar na EPSJV como qualquer outro aluno.

De início, isso bastou para acalmar minhas emoções para que eu pudesse seguir em frente. Porque eu de verdade não entendia o que estava acontecendo comigo, mas tomei um carinho por

esses professores, especialmente a Raquel com quem tive um pouco mais de contato e admiração, além de outros professores que me ajudaram na minha caminhada.

Nas disciplinas de IEP (Iniciação à Educação Politécnica), ainda em meu primeiro ano escolar, aprendi a estimular o desenvolvimento de um pensamento crítico em relação à saúde, trabalho e sociedade. Uma das aulas que mais me chamou atenção, foi em IEP Trabalho, onde os professores mostraram um texto para a turma, sobre um Indígena que abordava o sentido do trabalho e as relações que algumas aldeias têm sobre o trabalho, onde questiona o homem branco como alguém que estaria a fazer um só trabalho a vida inteira. Então, me questionei pela primeira vez: ‘Por que somos tão limitados? Por que me sinto tão limitada?’

E logo então, a disciplina de IEP acabou, fui para o meu segundo ano, e pensei que não acharia alguma resposta. Porém, as outras disciplinas foram complementando, desenvolvendo essas lacunas que estavam na minha mente, pra que eu conseguisse chegar ao meu quarto ano e conseguir colocar em palavras as minhas questões. Para me orientar nessa Monografia, procurei pela Raquel, após 2 anos sem contato. Felizmente, aceitou minha proposta e consegui estudar para desenvolver melhor minhas ideias.

Nesse meio tempo, aprendi várias coisas que não sei muito bem expressar. Entre elas, acho que a mais importante, é que sou sim capaz de aprender e estudar como qualquer outro aluno. E que não só isso, como a Educação deveria ser um direito de todos, e não somado a ‘mérito’, pois aprendi com Paulo Freire que ter acesso a educação, e além disso, o local em que estudamos, pode impactar consideravelmente nossas vidas. E eu acredito que minha trajetória seja uma prova disso, por isso quis me aprofundar nesse projeto.

CAPÍTULO 1 – Entendendo a condição histórica brasileira como forma de compreensão dos meios sociais

O objetivo deste capítulo é apresentar a história da formação escolar brasileira para a classe trabalhadora buscando compreender seu percurso histórico e os desafios postos nesta formação. Tomamos como base para esta discussão a compreensão da educação, principalmente, segundo autores como Chauí (2007) e Freire (1989).

Há várias maneiras de se narrar a História, e ao que vemos, nos livros de História oficiais não consta a História dos vencidos, dando ênfase na dos conquistadores. E a partir disso, podemos identificar uma lacuna, uma parte da história que é esquecida, tendo como consequência o perigo de uma História única. A versão dos subalternizados e opositores em geral que tiveram suas resistências e lutas apagadas, são substituídas pelo triunfo narrado pelos que se denominam “vencedores” e “salvadores da pátria” como história única e oficial. (ADICHIE, 2009)

Por isso, é importante questionar que tipo de memória histórica têm sido construída em nosso país. Levando em consideração o impacto social que causa, principalmente na classe trabalhadora, que tem dificuldade em se reconhecer na História. Para isso, procuramos entender o processo de criação histórica brasileira, que no livro “Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária” de Marilena Chauí (2007), a autora apresenta que a ideia de nação brasileira tenha sido construída e moldada historicamente pelos interesses do capital. De forma que, para Chauí, o conceito de nacionalidade foi implementado para a solução de problemas internos de poder sobre um território, independente das diferenças políticas, sociais e econômicas. Ao que tudo indica, a nação, vista como o instrumento unificador da sociedade, não somente serviria para atingir os objetivos de quem detém o poder sobre a população, mas também mudaria aos poucos nossa formação histórica.

Segundo Chauí “O Estado precisava de algo mais do que a passividade de seus cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma “religião cívica”, o patriotismo.” (2007, p. 18)

Se num primeiro momento o patriotismo tinha como interesse a mobilização das massas, num segundo momento essa mobilização precisava gerar um sentimento de pertencimento a uma dada sociedade. Com este sentimento a população era convencida a agir em nome da defesa dessa identidade comum que a caracterizava. O Brasil era então o lugar da natureza exuberante, como

um presente divino, e seu povo entendido como ingênuo e muito bondoso, se constituía como parte do processo de conquista, ou seja, como escravos naturais do interesse do colonizador.

De outro modo, para Chauí (2007) o sentimento de nacionalismo seria visto pelos pequenos burgueses (1880-1918) como uma forma melhorada do patriotismo, pois um movimento nacionalista não colocaria em risco esses grupos tradicionais acumuladores de riquezas, de modo que os mesmos sofressem com a modernidade capitalista. Pois assim mobilizaram a população a favor do Estado. E esta nação então passaria a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos que não foram possivelmente registrados, ou lembrados. As raízes da nação seria estabelecida pelo próprio povo que a constitui, somos nós parte dela e, conseqüentemente, lutamos para o seu progresso, pois entre nós não haveria distinção. Fazemos parte de um grupo onde crenças foram implantadas, costumes foram adaptados e assim, nossas tradições foram formadas.

Tendo isso em mente, podemos pontuar que o acesso à uma educação histórica que providencie a informação necessária para o entendimento sociocultural da criação do Brasil não é a realidade da maioria dos brasileiros.

A classe trabalhadora historicamente acessa condições de ensino mais precárias, enquanto os filhos da classe econômica privilegiada acessam níveis de ensino de maior qualidade, com mais tempo de dedicação integral, dedicados a sua formação (SAVIANI, 2007). E a partir do reconhecimento desse fator, podemos compreender de que forma essas ressignificações históricas afetam a nossa sociedade, trazendo a contextualização ou construção desse processo, seja de melhor compreensão os impactos que a história cultural-social do Brasil afeta as formas de cidadania e população até os dias de hoje.

1.1 – A Educação como Estratégia Política: uma breve análise do papel da Educação no Brasil

Em continuidade, optamos por dar ênfase no período histórico, a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), onde ocorreram grandes avanços econômicos e sociais, marcado pelo plano de ação “cinquenta anos em cinco”, na chamada modernização do Brasil. Deste modo, classificou-se como um período marcado pelo desenvolvimentismo, com a acelerada urbanização e crescimento da industrialização. (AGÊNCIA SENADO, 2022)

Já no período de 1961 a 1964, o Brasil passou por um projeto de reformas de base e de desenvolvimento nacional que marca o governo de João Goulart (1961-1964), que como consequência teve uma política populista dos governos daquele período. (GUIMARÃES, 2021)

Nesse ponto, a efervescência política e cultural que acirrava a disputa sobre os rumos do país, juntamente com a intensa mobilização e avanços na modernização, resultaram em uma intensa preocupação com a participação popular. E nesse quadro emergiram movimentos sociais, que com apoio governamental, voltaram-se para a conscientização popular que foi marcado pelos debates em torno da eficácia revolucionária onde a conscientização das massas seria importante para participar de um processo revolucionário. (GUIMARÃES, 2021)

Durante esse processo, Paulo Freire, que atualmente é reconhecido pela lei brasileira número 12.612/12, como Patrono da Educação Brasileira, junto de alguns de seus companheiros educadores, trabalhou com a alfabetização de adultos, no Movimento de Cultura Popular, de 1960 a 1962. Posteriormente, Freire se juntaria a proposta governamental de João Goulart, onde foi constituído o Plano Nacional de Alfabetização, baseado no método Paulo Freire, tendo por objetivo se tornar política pública a ser desenvolvida em todo país, tendo como proposta a alfabetização de adultos. (GUIMARÃES, 2021)

A proposta de governo contrária à proposta de Goulart e Freire pretendia expandir somente o processo de alfabetização para a garantia do voto. Entretanto, Freire defendia a democratização da educação e via o ato da linguagem como forma de compreender o mundo. De modo que, podemos encontrar em seu livro “A importância do ato de ler”, a fala de Antônio Joaquim Severino (1982) “ Isto porque a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. Ademais, a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação e educação é um ato fundamentalmente político.”

Freire criticou os métodos tradicionais de ensino e traz para discussão o colonialismo e a necessidade de descolonizar as mentes e as práticas sociais. Isso é, ter o conhecimento como base para a denúncia das opressões dos grupos culturais e sociais. Este método freiriano, portanto, se trata da necessidade de valorizar e reconhecer os saberes dos sujeitos culturais historicamente negados, denunciando a questão da desvalorização de povos que contribuíram de alguma forma na formação da nossa história. (GUIMARÃES, 2021)

Do lado opositor às reformas populares, havia militares, empresários e pensadores que se posicionaram contra tais medidas. Resultou que em 1 de abril de 1964, veio o golpe que instituiu 21 anos de ditadura no Brasil, sendo Castello Branco o primeiro presidente militar. A proposta de Freire não foi levada à frente, e dito isso, vemos as consequências do Golpe Civil-Militar (1964-1988) e a forma que impactou a educação brasileira. Freire, junto de outros educadores e intelectuais, foi preso, perseguido e exilado. (GUIMARÃES, 2021)

E naquele momento, devido as mudanças ocorridas durante o regime militar, considerando a baixa no investimento na educação, para os filhos dos pobres, a educação serviria apenas para formar até o ensino médio, visando a qualificação da mão de obra, como afirmou o ex Ministro do Planejamento, Roberto Campos (1964-1967) durante o seminário “A educação que nos convém”. Ou seja, a universidade era um local destinado para as elites. (ZINET, 2016)

No livro “A importância do ato de ler”, Freire afirma que sempre viu a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, e que por isso é um ato criador. E a alfabetização ajudaria as pessoas a serem conscientes de suas ações, como também explica Rita Freire (FREIRE, 2021, p.5), para Revista Poli “Essa foi a grande raiva da elite e dos militares. Para Paulo, as pessoas se conscientizarem era começarem a saber da realidade, saber que eram analfabetas não porque Deus quis, mas porque estavam marginalizadas”

Porém, não podemos afirmar nem colocar toda a responsabilidade da situação da educação no regime militar, uma vez que o país já tinha uma história de 450 anos de privilégio das elites (ZINET, 2016), mas é a análise dessas condições sociais e o questionamento de que forma na nossa história continua se repetindo, que enfim chegaremos de que forma esse padrão na nossa história, onde a precarização da educação no Brasil, é proposta primeiro para os filhos da classe trabalhadora.

Essas desigualdades sociais e educacionais fortalecem que os filhos da elite possam ter uma educação de qualidade, e conseqüentemente podem chegar ao ensino superior se assim desejarem. Porém, para os filhos da classe trabalhadora/econômica resta uma educação pública precarizada que dificulta a sua entrada em uma universidade. Deixando, então, mais uma vez essas pessoas apenas como mão-de-obra qualificada. (ZINET, 2016)

1.2 – De que forma a perspectiva Freiriana dialoga com a educação de jovens em formação

Pensando em dialogar com as possibilidades de percepção dessas desigualdades educacionais, utilizamos o livro *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, patrono da educação Brasileira, onde é criticado o modelo de educação. Logo, a perspectiva Freiriana para o sistema educacional propõe o indivíduo ter uma educação libertadora, onde possa aprender a questionar para que assim seja possível a análise de suas condições sociais. (FREIRE, 1994, p. 6)

Porém, o modelo que Freire critica é rico em conteúdo, onde o foco não é incentivar o indivíduo a pensar, mas sim reproduzir o que lhe é passado. Um método de ensino que seria uma prática “Opressor x Oprimido”, onde o oprimido seria aquele ensinado aos métodos tradicionais de ensino sem que fosse um aprendiz capaz de julgar e ter autonomia. Acreditando, de forma passiva, que necessita do Opressor. Essas ações para com a formação de jovens desencadeia o chamado “conformismo social”, onde o aluno não aprende a questionar, acredita ser dependente do auxílio de seu tutor ou professor que pode muitas vezes colaborar para esse processo mantendo o Oprimido em posição de passividade. (FREIRE, 1994, p.16)

Freire explica que no momento em que as duas polaridades entendem seus papéis entre Opressor x Oprimido é criada a consciência social, ou seja, a libertação viria através da educação onde Professor e Aprendiz conscientizaram o processo educacional como uma via de mão dupla, onde há a troca de conhecimento, experiência e diálogo de ambas as partes. Pois ensinar a pensar e problematizar sobre a sua realidade, para Freire, é a forma correta de se reproduzir conhecimento, pois a partir daí o educando terá capacidade de compreender-se como um ser social. (FREIRE, 1994, p.16)

E que muitas vezes o Professor enxerga o aluno como um mero receptáculo de informação, desacreditando de suas capacidades de aprendiz, como se o aluno não fosse capaz também de produzir conhecimento, trocar idéias, debater conceitos e problematizar situações.

É defendido que o professor não pode ser um reproduzidor do Estado, uma educação estática quadrada que reproduz marginalização social. O oprimido precisa do professor para conscientizar o aluno do seu papel social e ao mesmo tempo o professor precisa perceber sua importância social enquanto um dos agentes transformadores da sociedade. (FREIRE, 1994, p. 29)

Pensando em como chegamos ao cenário da desigualdade educacional, Freire trabalha com a ideia de que a Educação no Brasil sempre teve uma espécie de “fetiche social”, que trabalha para reproduzir desigualdade, marginalização, miséria e preconceitos. Pois a educação

muitas vezes é pensada e engessada por governantes que não tem interesse em criar uma população e educação mais pensante, que ajude o adolescente a problematizar, a entender o mundo em suas várias facetas. Ainda pontua, que o homem, para sair da opressão precisa entender toda a problemática social que está a sua volta. (FREIRE, 1994, p. 29)

Apesar de sua grande influência no modelo de ensino Brasileiro, os problemas educacionais citados por Freire permanecem até os dias atuais, pois o conceito de educação problematizadora ainda não conseguiu ser implantada de forma universal. De forma que muitos professores, em função de cumprir currículo, são também oprimidos pelo modelo educacional, de forma a não conseguir dialogar com seus alunos por função do conteúdo reproduzido não condizer com a realidade que seus alunos vivem.

Tendo trabalhado com Paulo Freire (1980-1997), Ira Shor em entrevista, discutindo sobre a importância da pedagogia crítica na formação de professores, pontua:

“Em tempos em que se propõe uma ‘base educacional curricular comum’, que engessa o currículo das escolas comprometendo a autonomia dos professores e que as políticas públicas de educação ainda não são suficientes para impedir processos de privatização e de sucateamento da profissão de professor(...)” (SHOR, 2016, p.295)

Nos leva a perguntarmos quais nossas estratégias de resistência frente a este processo.

Levando em consideração a melhor compreensão e oposição a políticas e práticas desumanizadoras de educação, visando atingir a sociedade de forma mais ampla e direta para que assim possa chegar até os educandos e docentes nas escolas, é preciso o reconhecimento e valorização da profissionalização de professores, além disso, uma formação que aproxima teoria e prática. (SHOR, 2016, p.295)

E complementa, que ao mesmo tempo, é fundamental estimular e fornecer a luta coletiva dos educadores por melhores condições de trabalho, onde possam realmente ensinar seus alunos, e desenvolver propostas de educação que promovam a liberdade e o debate público sobre a sociedade que se quer construir. Porém, Ira Shor diz que é necessário dispensar o otimismo ingênuo de que somente a formação de educadores seria suficiente para progredir a transformação na escola, na educação e na sociedade. Assim como recusar o pessimismo mecanicista de que só poderíamos agir após mudanças estruturais. Ou seja, não superestimar e nem subestimar a formação docente, mas enxergá-la como essencial e necessária para o processo profissional dos educadores. (SHOR, 2016, p.296)

“Conquistar e desenvolver novos modelos contra hegemônicos de formação de educadores é um grande desafio que se coloca para os pesquisadores desse campo de estudo. Claro que isso não se faz de um dia para outro, pois exige grande esforço político, teórico e metodológico. No entanto, com inspiração em Paulo Freire, é preciso buscar fazer, dentro de limites históricos, o que é possível ser feito hoje, para tornar o que ainda não pode ser feito mais possível” (SHOR, 2016, p.296)

Neste capítulo abordamos a formação social brasileira e seu percurso educacional a partir da perspectiva freiriana como ponte para compreendermos de que forma o pensamento crítico é formado pela conscientização das questões sociais no período educacional, para apontar a importância do ensino como estímulo para a construção de uma consciência crítica e consequentemente política.

No próximo capítulo abordaremos a política pública Jovem Aprendiz.

CAPÍTULO 2 – A construção de uma análise crítica

Neste capítulo apresentamos a política pública Jovem Aprendiz identificando e analisando os desafios enfrentados pelos jovens brasileiros no acesso ao ensino e ao trabalho. As nossas principais fontes foram a Lei 10.097/2000, o Decreto 9.579/2018, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT (Decreto-lei N° 5.452, 1943; MTE, 2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei N° 8069, 1990) e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019).

Por meio da Política Pública Jovem Aprendiz Lei 10.097/2000 criada pelo Governo Federal, há expectativa de que jovens entre 14 a 24 anos consigam vencer a dificuldade de serem inseridos no mercado de trabalho, sendo uma grande oportunidade para quem quer conseguir o primeiro emprego com carteira assinada. (BRASIL, 2000)

Sendo uma iniciativa fruto desta Lei acima referida e do Decreto n 9.579/2018, a política Jovem Aprendiz tem a proposta de integrar o estudo à prática, sendo o Aprendiz o jovem que estuda e trabalha, recebendo, ao mesmo tempo, formação na profissão para qual está se capacitando.

Importante destacar que apesar da Lei se referir ao período de 14 a 18 anos, é no Decreto que este período se expande para 24 anos. (BRASIL, 2000, 2018)

Caso o aluno trabalhador não tenha concluído o ensino fundamental, deverá cursar a escola regular e estar matriculado e frequentando instituição de ensino técnico profissional conveniada com a empresa, sendo crucial o acesso do jovem trabalhador a educação, como determinado pela Lei. O trabalho do menor de 18 anos não poderá ser realizado em locais que prejudiquem sua formação, ou que não permita sua frequência na escola.

Para garantir que empresas deem oportunidades para os jovens, a Lei também determina que as instituições precisam ter no mínimo 5% e o máximo de 15% do seu quadro de trabalhadores formados por aprendizes, cujas funções demandam formação profissional, apenas com a exceção de entidades que não possuem fins lucrativos.

A carga horária do jovem aprendiz pode variar dependendo de sua escolaridade, assim sendo, os aprendizes que ainda não concluíram o ensino fundamental poderão exercer no máximo seis horas diárias (30 horas semanais), já os com nível fundamental completo que estejam cursando outra escolaridade podem cumprir até oito horas diárias (40 horas semanais) caso sejam computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Por ser um trabalhador de carteira assinada, o aprendiz tem direito ao salário mínimo-hora, sua jornada de trabalho reduzida, vale-transporte, férias preferencialmente durante o recesso escolar, 13º salário e recolhimento FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Não sendo viável a possibilidade de hora extra, que ultrapasse de seis às oito horas diárias, assim como o jovem aprendiz não poderá realizar trabalho noturno ou compensar horas de trabalho.

Assim, a lei Jovem Aprendiz serviria para assegurar que o jovem trabalhador, sendo alguém que estuda ou concluiu os estudos, tenha a flexibilização entre a jornada de aprendizado e trabalho para que não atrapalhe na educação do mesmo.

Então, diante destes fatos constantes na lei Jovem Aprendiz e no artigo 430¹ da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, 1943) apresentamos abaixo, por meio de dados qualitativos, a efetividade desta Lei, além de problematizar como as empresas, ou entidades

¹ "§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados."

legais e independentes, empregam esses jovens e adolescentes, e como concebem um local propício para esta aprendizagem.

2.1- Apresentando a Política: considerando o cenário socioeconômico

Villar e Mourão (2018) que fizeram a avaliação do programa Jovem Aprendiz pontuam sobre a relação de estudo-trabalho. A pesquisa contou com a participação de adolescentes de 15 a 18 anos, sendo analisados do início da formação e seis meses depois, para avaliar a contribuição do programa em termos de desenvolvimento profissional, empregabilidade e autoeficácia.

Ao longo da avaliação os autores pontuam sobre a importância de compreender os aspectos relativos aos jovens em busca do primeiro emprego, enfatizando que a maioria dos adolescentes, em uma escala global, vivem em países em desenvolvimento, sendo importante, nesse quesito, dar atenção a educação e os desafios para a prática profissional. Especificamente, no que diz respeito a participação do adolescente no mercado de trabalho.

Os autores acima citados afirmam que há no Brasil uma mão de obra juvenil numa condição exploratória e sem foco na qualidade da formação profissional, logo, para eles o uso inadequado da mão de obra infanto-juvenil não pode ser desconsiderado em uma pesquisa sobre as relações de trabalho para jovens, em um cenário onde os mesmos trabalham de forma irregular.

Por isso, vêem como crucial a reflexão sobre os aspectos sócio-econômicos, em termos de desigualdade, que podem levar essas crianças e adolescentes a enfrentarem a realidade de largar os estudos por necessidade de renda. Pois de acordo com a avaliação dos autores, o trabalho de adolescentes apresenta uma relação direta com o nível socioeconômico e com o abandono ou desempenho escolar.

No caso do Brasil, como um dos países em desenvolvimento e o principal desta pesquisa, podemos observar que há uma quantidade elevada de crianças em situação de trabalho infantil. Em uma população de 210 milhões de habitantes, temos cerca de 38,3 milhões de pessoas com idade entre 5 e 17 anos, das quais 1,8 milhão, no ano de 2019, estavam em situação de trabalho infantil. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Apenas metade dos jovens de 18 a 24 anos concluem o ensino médio (IBGE, 2013) e há uma parcela de atraso e evasão escolar entre adolescentes entre 15 a 17 anos, sendo quase um quarto dos jovens que não cursaram o ensino médio. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

“Entre as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, 66,4% eram homens e 66,1% eram pretos ou pardos, proporção superior à dos pretos ou pardos no grupo etário dos 5 aos 17 anos de idade (60,8%)”. (AGÊNCIA BRASIL, 2020), em outras palavras, quando mais idade menor a chance de concluir os estudos.

“Na população de 5 a 17 anos de idade, 96,6% estavam na escola, mas entre as crianças e adolescentes em trabalho infantil, essa estimativa cai para 86,1%.”, ou seja, estar trabalhando prejudica não só o desempenho escolar mas também a continuidade dos estudos. (AGÊNCIA BRASIL, 2020)

“A inserção antecipada no mercado de trabalho, visto como prejudicial para jovens de classe média e alta, é considerada benéfica para jovens de classe baixa”. Porém, os autores indagam que um trabalho acima de 20 horas semanais pode ser prejudicial para os jovens de qualquer classe social. E esse trabalho de adolescentes reflete uma reprodução social da pobreza. (VILLAR, MOURÃO, 2018)

Resultando para jovens de maior vulnerabilidade social o maior índice por estarem em situações mais precárias de trabalho, com baixa remuneração. “Em vários países, o segmento juvenil com problemas socioeconômicos se insere no mercado de trabalho de forma antecipada, visando sua própria sustentação e a de sua família” (PAIS, 2016 apud VILLAR, MOURÃO, 2018, p.2001), então esse jovem é inserido no mercado de trabalho com pouca oportunidade de emprego para quem não possui uma qualificação.” (VILLAR, MOURÃO, 2018)

Então, os autores destacam, que no Brasil é comum o adolescente abandonar o estudo por necessidade de trabalho, ou pela dificuldade de conciliar o trabalho com o estudo (VILLAR, MOURÃO, 2018, p. 2003) “ Metade dos brasileiros que concluem o Ensino Médio apresenta distorção de idade-série (IBGE, 2016), o que não está associado somente ao trabalho precoce, mas também à baixa capacidade do sistema educacional de atrair, reter e qualificar os estudantes.”

Dessa forma, Políticas Públicas como a Lei da Aprendizagem, conhecida como Programa Jovem Aprendiz, tem o propósito de inserir jovens e adolescentes no mundo do trabalho com a exigência de que o mesmo tenha terminado ou esteja cursando a escolaridade, para assegurar que esses jovens não tenham que escolher entre estudar ou trabalhar. O Programa é vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego para garantir o direito do jovem à profissionalização. (VILLAR, MOURÃO, 2018, pág. 2001)

Contudo, os benefícios do Programa Jovem Aprendiz se voltam para a possibilidade de unir os estudos com o cenário de empregabilidade desses jovens e adolescentes, que por sua vez, teriam menos chances de concorrer a uma vaga de emprego contra pessoas com experiência. Assim, o contrato de aprendizagem vai além do salário e a flexibilidade para concluir os estudos, mas também uma chance de formação e capacitação profissional. (VILLAR, MOURÃO, 2018, pág. 2001)

De acordo com a tese dos autores, apesar dos benefícios que a política Jovem Aprendiz traz para os jovens de baixa renda, o trabalho para pessoas de 14 a 18 anos, com mais de 20 horas semanais, situando qualquer que seja a classe social, não é visto como benéfico. Então, enfatiza que a necessidade do primeiro emprego, partido de jovens, seja em razão a algum desfavorecimento socioeconômico. (VILLAR, MOURÃO, 2018, pág. 2001)

De modo que, para que esses jovens que precisam de renda extra, não larguem a escola completamente pela necessidade de trabalho é necessário condições socioeconômicas favoráveis, que sejam mais abrangentes que a inserção no trabalho.

CAPÍTULO 3 - Analisando a política Jovem aprendiz: desigualdade social e educacional

Para concluir, voltaremos ao princípio, discutindo uma condição histórica para a classe trabalhadora. Desta vez, utilizando a obra de Dermeval Saviani, Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. Onde é abordado de que forma o Trabalho e Educação se separam, e além disso, se fragmentam em modalidades distintas, separadas por classe.

Em meio a contextualização histórica das primeiras modalidades de educação, onde as escolas eram exclusivamente ocupadas por aqueles que dispunham de tempo livre, ou seja, os não escravizados, é afirmado pelo autor que por mais que tenham feito ressignificações no que seria a escola, e até mesmo na educação dos escravizados, o modelo de ensino continuaria a ser distinto entre classes. (SAVIANI, 2007)

Deste modo, a reconstrução teórica que o autor apresenta nos mostra como o trabalho e a educação ganham uma ressignificação no decorrer da história. “O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a idéia da escola pública, universal, gratuita, leiga e

obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes.” (SAVIANI, 2007, p. 157)

Em outras palavras, o desenvolvimento das máquinas no trabalho acabou exigindo que o trabalhador estudasse um pouco para poder trabalhar melhor, mas apenas para manipular as máquinas e não como desenvolvimento de sua capacidade intelectual e criativa.

Neste sentido, podemos correlacionar o seguinte caso historicamente pesquisado, que a educação e o trabalho destinados a classe dominante, acessa níveis de ensino próprios para a sua classe e com tempo livre para o estudo prosperar, enquanto a classe dominada acessa condições de ensino e trabalho precarizados (SAVIANI, 2007, p. 156). De outro modo, podemos notar essa realidade também na política Jovem Aprendiz com a inserção antecipada no mercado de trabalho, podendo ser vista como prejudicial para jovens de classe média e alta, mas ao mesmo tempo considerada benéfica para jovens de classe baixa (VILLAR, MOURÃO, 2018)

O problema não estaria na prática do ensino e trabalho vinculados, mas sim quem precisa conciliar ambos e o porquê (VILLAR, MOURÃO, 2018). Pois a inserção no mercado de trabalho para jovens seria consequência de uma desigualdade social e econômica, limitando quem teria tempo e recursos disponíveis para dedicar a sua formação (SAVIANI, 2007)

Sendo de suma importância considerar o fato de que no modelo de sociedade atual, é imprescindível o indivíduo completar o ensino fundamental e médio, pois o nível de desenvolvimento atingido e produzido pela sociedade contemporânea exige conhecimentos sistemáticos, onde sem eles, o indivíduo não é considerado um cidadão habilitado para trabalhar e estudar. (SAVIANI, p. 160, 2007)

E nesse atual modelo onde o indivíduo tem que ter o mínimo de conhecimento sobre áreas que, às vezes, não fazem parte de sua realidade, há uma lacuna na proposta de ensino. Pois mesmo acessando determinados níveis de ensino, não quer dizer que a aprendizagem se efetou, pois a metodologia favorece apenas repetir a informação sem que ela faça sentido na vida do aluno. Então ele decora mas esquece o que estudou. O mais importante seria acessar níveis de ensino que permitisse ao aluno entender sua realidade social e se preparar para o trabalho na sociedade em que vive. (FREIRE, 1994)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto abordou a condição histórica da classe trabalhadora para com a educação, procurando entender quais as raízes que influenciam a normalização da precarização na educação pública brasileira. É uma análise das condições sociais, que prioriza o entendimento para o começo da discussão sobre sociedade, educação e trabalho.

Foi importante olhar para o cenário atual considerando fatos históricos que condizem com o tema, a fim de fazer uma pesquisa profunda e de melhor entendimento. De forma que possamos compreender nossa trajetória, além de construir um olhar crítico sobre o mundo.

Ao longo do projeto, foi analisado que o Brasil ainda tem muito a avançar em questão de equidade, entender a classe trabalhadora além do que produz. Por isso, abordamos um olhar humanizado sobre o tema proposto, a fim de incentivar um olhar crítico para as condições sociais impostas.

Acredito que compreender a história da formação escolar brasileira para a classe trabalhadora, apesar de trazer sentido ao projeto e para a organização de meus pensamentos, não tenha sido o suficiente para compreender todo o histórico da formação. Por ser um tema extenso para mim, mas ter servido de base para meu entendimento e análise, sendo uma estudante de ensino médio.

Utilizei como base a política pública Jovem Aprendiz para identificar os desafios enfrentados pelos jovens brasileiros, no caso de acesso ao ensino e ao trabalho, por ter sido uma forma de questionar o porquê algumas pessoas têm que estudar e trabalhar, por ser uma dúvida minha como autora do projeto.

Ainda que eu ache que o tempo necessário que tive para concluir o projeto não tenha sido o suficiente, acredito que é um projeto que irei levar as dúvidas restantes para a vida. Seria melhor além de coletar informações de outros autores, fazer a própria pesquisa e entrevistar pessoas, para ser um projeto atual.

Aprendi muito estudando um pouco sobre o passado, tem muitas questões antigamente que até hoje ainda continuam, então é importante estudar a história para compreender de que forma a classe trabalhadora, no Brasil, ainda é precarizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **IBGE: Brasil tem 4,6% das crianças e adolescentes em trabalho infantil,** 2020.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/ibge-brasil-tem-46-das-criancas-e-adolescentes-em-trabalho-infantil>. Acessado em 30/11/22.

AGÊNCIA SENADO. **200 anos após Independência, Brasil ainda não é autônomo no comércio mundial,** 2022.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/08/200-anos-apos-independencia-brasil-ainda-nao-e-autonomo-no-comercio-mundial>. Acessado em 02/12/22.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BARBOSA, Leticia Rameh. **Compreensão do Movimento Popular em Pernambuco antes do Golpe Militar de 1964.** Porto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** 7ª Reimpressão. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: Em três artigos que se completam.** 23ª Edição. Autores Associados. Cortez Editora. São Paulo, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 23ª Reimpressão. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, Cátia. **Um homem e seu tempo: Paulo Freire, que completaria 100 anos em setembro, sofreu influência e ao mesmo tempo influenciou uma época em que o Brasil vivia uma efervescência política e cultural.** Revista Poli. Rio de Janeiro, 2021.

POLI, Revista. **Saúde, educação e trabalho – 100 anos de Paulo Freire: Veja como a história, a obra e a herança do patrono da educação brasileira se confundem com o contexto político nacional e internacional.** Rio de Janeiro, 2021.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade.** *Arq. bras. psicol.* 2011, vol.63, n.spe, pp. 58-70. ISSN 1809-5267.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SHOR, Ira. **O poder que ainda não está no poder”**: Paulo Freire, pedagogia crítica e a guerra na educação pública – uma entrevista com Ira Shor. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 293-308, jul./set. 2016

VILLAR, Maria da Conceição Oliveira. MOURÃO, Luciana. **Avaliação do programa jovem aprendiz a partir de um estudo quase-experimental**. *Ribeirão Preto*, vol. 26, nº 4, p. 1999-2014 - Dezembro/2018.

ZINET, Caio. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** Reportagem. São Paulo, 2016.